

FORMAÇÃO HUMANA NO MST: EDUCAÇÃO PARA E PELO TRABALHO

SÁVIA CÁSSIA FRANCELINO RIBEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

RESUMO

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, suas principais tarefas na transformação da sociedade são: “acabar com o latifúndio” e ajudar a “formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro”. Assim, a reforma agrária e a educação realizada em seu sentido amplo, como formação humana são dimensões estratégicas de projeto societal pretendido pelo MST. A conquista da terra como condição para o estabelecimento de relações de produção que permitam a reprodução da existência é o verdadeiro ponto de partida de um processo de formação de sujeitos da sua própria história. A questão que nos colocamos e nos desafiamos a investigar diz respeito as contradições que se estabelecem entre a perspectiva educativa do MST, que defende uma formação pautada num projeto de sociedade socialista, como condição para superação das relações de produção capitalistas responsáveis pela alienação e desumanização dos seres humanos e a organização produtiva da base social do Movimento, que se estabelece por meio da propriedade privada da terra. Nesse sentido cabe interrogar: quais os limites e possibilidades de um processo de formação para uma consciência socialista a partir de uma realidade imersa em relações de produção e reprodução da existência mediadas pela propriedade privada? Pensar processos de Educação como formação humana nos remete as dimensões centrais do materialismo histórico e dialético de como a humanidade se constitui historicamente por meio do trabalho e da concretude de uma sociabilidade onde as relações de produção são determinadas pelo capital, enquanto uma relação social fundada na exploração do trabalho e na mercantilização da vida e sua conseqüente desumanização. Formação humana demanda pensar um processo de educação para compreensão e desvelamento das contradições emergentes das relações entre o capital e o trabalho no contexto das lutas de classe e seus sujeitos coletivos.

Palavras Chaves: Formação Humana, Trabalho e Capital

Introdução

A importância social e política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir dos anos de 1990, é um fenômeno que se impôs na contramão do caminho seguido pela grande maioria das organizações e partidos de esquerda dessa época. Ao contrário da derrocada progressiva no poder de mobilização do movimento popular e sindical, o MST se

fortaleceu e ganhou espaço na sociedade, se afirmando como principal referência não apenas para os camponeses, mas para amplos setores da classe trabalhadora.

Contrariando o pensamento hegemônico, característico do “pós-neoliberalismo” e da “pós-modernidade”, no qual se afirma que as possibilidades de transformação da sociedade contemporânea só se concretizam mediante reivindicações específicas e por meio da construção de identidades de grupos, relacionadas às questões culturais, de gênero, etnia e sexualidade, o MST entende que a luta por reforma agrária somente obtém êxito sendo parte da luta da classe.

Enquanto movimento camponês, supera seus antecedentes ao abordar e inserir em sua pauta elementos como educação, formação e mística, fazendo da defesa da reforma agrária não uma mera conquista da terra, mas um amplo movimento de formação de sujeitos com identidade de classe e projeto de sociedade.

Como movimento educativo atua em duas dimensões: na luta pelo acesso a ensino público e gratuito, da educação infantil até a universidade e na construção de uma pedagogia própria, que tem como objeto central o movimento geral da sociedade e o próprio movimento social que a protagoniza.

A Singularidade do MST e sua Educação

A trajetória do MST é a experiência de um movimento sócio-cultural (Caldart, 2000) e sócio territorial (Fernandes 1999; 2001), cuja práxis incide sobre as dimensões materiais e subjetivas dos trabalhadores, produzindo uma nova identidade: a de trabalhadores Sem Terra¹, “uma coletividade em luta”, fundamentada em três dimensões.

A primeira diz respeito à luta pela conquista da terra, infraestrutura e assistência técnica, que o caracteriza como um “movimento sindical”. A reforma agrária, para o MST, só acontece quando gera desenvolvimento econômico e social, compreendendo que as

¹ O “Sem Terra” (sem hífen e com as letras iniciais maiúsculas) é utilizado para identificar, especificamente, os componentes do MST.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

transformações objetivas e subjetivas da sociedade se dão sob bases concretas, sob mudanças efetivas nas condições materiais das pessoas. A segunda, caracteriza o MST como um “movimento popular” por dele participar toda a família camponesa, além de estudantes, professores, advogados, padres, ou seja, todo/a aquele/a que queira lutar pela Reforma Agrária e por transformação social.

A terceira, traduz suas concepções macro-societárias, na qual se insere o pressuposto da sociedade dividida em classes e a luta entre elas como elemento fundante da transformação. Desse modo, o MST é, também, um “movimento político”, pois compreende a realização de seus objetivos mediante transformações das estruturas essenciais da ordem burguesa.

Para o MST, restringir-se à luta específica por terra, crédito e outras necessidades corporativas é uma questão superada na trajetória da luta pela reforma agrária. Por meio da experiência dos movimentos camponeses que o antecederam, o MST aprendeu que a restrição ao caráter sindical tende a levar o Movimento ao fracasso. De acordo com Bogo (1998, p. 43),: “A luta corporativa, embora possa conseguir alguma vitória, não será duradoura. As contradições serão cada vez maiores entre os trabalhadores e a burguesia e isso somente se resolve quando a luta adquire um caráter político e de classe”.

A dimensão política do MST – expressa na sua luta pela transformação geral da sociedade, a partir da organização dos/as trabalhadores/as enquanto classe – destaca-se aqui por ser o elemento determinante para o fortalecimento e a consolidação do Movimento como principal agente de mobilização da atualidade. Stédile (1999, p.35) assevera:

O caráter político do movimento sempre esteve presente, desde o início da organização. Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estávamos lutando

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

contra uma classe, que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra, mas lutando contra um Estado burguês.

No Brasil do final dos anos 70 até meados dos anos 80, os movimentos sociais urbanos, associações de moradores e os sindicatos, especialmente com as greves do ABC paulista e as mobilizações pelas “diretas já” entre outros, desempenharam importante papel na luta e conquista de direitos trabalhistas e políticas sociais. Entretanto, o avanço da política econômica neoliberal, sobretudo a partir do governo Collor, desencadeia um processo de fragmentação e desmobilização do movimento operário e demais organizações da classe trabalhadora.

De acordo com Antunes (1999), nesse contexto o mundo do trabalho passa a vivenciar uma grave “crise estrutural” com conseqüências depreciativas sobre a materialidade e a esfera subjetiva, política e ideológica da classe trabalhadora, provocando refluxo nos movimentos sindical e operário. Essas conseqüências advêm das “respostas do capital à crise”, as quais, Antunes (op.cit) destaca:

1- A reestruturação produtiva, que tem entre as estratégias de superação dessa crise: o desemprego, a mudança na organização e na estruturação das relações sociais de produção e nas formas de gestão da força de trabalho, incluindo a colaboração de classe, mediante o “envolvimento manipulatório” do capital sobre a classe trabalhadora. Criam-se novos modelos para acumulação do capital, alternativos ao taylorismo/fordismo², dos quais

² Basicamente fundamentado na “produção em massa e em série, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril” (Antunes, 1999, p. 19).

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

destaca-se o toyotismo³. A reestruturação produtiva está diretamente relacionada com a atual forma de sociabilidade que “desemprega ou precariza cerca de um bilhão de pessoas, algo em torno de um terço da força humana de trabalho” (op.cit. p. 20).

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des) sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável (...), mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

2- A queda do Leste Europeu (e da quase totalidade dos países que tentaram a transição socialista). Essa derrocada propiciou a disseminação da “falsa idéia do fim do socialismo” e, estando afastada a “ameaça” comunista, facilita-se ao capital o rebaixamento brutal dos direitos e conquistas sociais dos/as trabalhadores/as.

3- Intensificação da social-democratização da esquerda, mediante um processo político e ideológico, com sua “conseqüente atuação subordinada à ordem do capital”. Essa social-democratização atingiu fortemente a esquerda sindical e partidária, portanto, a classe trabalhadora. O sindicalismo de esquerda passou a recorrer com freqüência cada vez maior à institucionalização e à burocratização que também caracterizam a social democracia sindical.

³ “Expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais são: produção flexível, existência de grupos ou equipes de trabalho utilizando-se crescentemente da microeletrônica e da produção informatizada. A produção é bastante heterogênea, os estoques são reduzidos” (produção de acordo com a demanda) “e há forte processo de terceirização e precarização de trabalho”, bem como a utilização de força de trabalho polivalente, multifuncional que, aliada, dentre outros fatores, ao avanço tecnológico, provoca um crescente nível de desemprego (Antunes, 1999, p. 19).

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

4- Avanço do projeto social, econômico e político neoliberal, com a conseqüente crise do Welfare State⁴, fazendo regredir a própria social democracia. O neoliberalismo contempla (op.cit. p. 22) “reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional”.

Ressalta-se a profunda inter-relação entre esses fatores supracitados: um possibilita ou facilita a existência do outro e vice-versa. A combinação entre a reestruturação produtiva, a derrocada do “socialismo real”, a social-democratização da esquerda e sua própria crise, com a queda do Welfare State e o avanço do neoliberalismo, fragilizam a organização e a luta de classe. Sob a ameaça constante da perda do emprego, tendo em vista um enorme contingente do “exército industrial de reserva” e a precária ou inexistente garantia social e trabalhista (terceirização, trabalhos temporários e informais etc.), os/as trabalhadores/as cedem com mais facilidade às arbitrariedades do capital ou ainda, sob o “envolvimento manipulatório”, (ANTUNES, 1999, p.23) “onde o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores, dentro das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital”. Camufla-se, assim, a contradição de classe. Dessa forma, Mota apud Ribeiro (2000, p.13) afirma que

O traço predominante dessa cultura é a idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo que a saída da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas.

⁴ Estado de bem estar social, ou intervencionista, surgido após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos. Garante direitos sociais mínimos, como saúde, educação, habitação, etc.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

Com a derrocada do “socialismo real”, difundida como a impossibilidade de uma sociedade socialista e, somada a crise do Estado de bem-estar social, tem-se um “cenário” marcado pela “crença” de que não há alternativa ao capitalismo, gerando assim uma cultura de passividade e acomodação por parte dos movimentos e organizações sociais.

O abandono da análise e da ação política, ancoradas no pressuposto da classe trabalhadora como sujeito da transformação e o fim da perspectiva de construção do socialismo são fatores que favoreceram ao processo de social-democratização da esquerda e contribuem para a hegemonia do projeto social, político e econômico neoliberal. Somando a isto, o contexto de reestruturação produtiva, que camufla as contradições de classes, ao mesmo tempo em que dificulta as condições para a realização dessa luta e da descrença numa utopia real de uma nova sociedade, aliada à social-democratização da esquerda e o avanço do neoliberalismo, fazem com que os movimentos sociais, de acordo com Ribeiro apud Mota (2000, p.13),

(...) nos anos 90, se apresentem com uma natureza policlassista, destituídos do seu caráter de classe, movidos pela ideologia do bem comum, incorporando o discurso salvacionista. Assim, esses movimentos negam os conflitos de classe, apelando para a solidariedade na busca de soluções para os problemas sociais.

Assim é que se constata, como concebe Harvey apud Antunes (1999, p.22), que

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados em que a cultura *pós-moderna*, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

interesses do capital, são traços marcantes deste período recente.

A despeito da crescente desmobilização, burocratização e adesão de movimentos e sindicatos às teorias que anunciam o fim da classe trabalhadora e “sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital”⁵, o MST conseguiu êxito no empreendimento da sua luta, territorializou-se em 23 estados brasileiros e ganhou repercussão internacional, sem excluir da sua práxis a centralidade da luta de classe. No entanto, elementos como educação, formação, cultura, mística e identidade também sejam inseridos no contexto de sua luta e organização e façam do MST um movimento com perfil único na história dos movimentos camponeses no Brasil. Esta especificidade faz com que haja uma certa imprecisão nas conceituações que buscam caracterizar o MST, havendo um certo consenso entre analistas e pesquisadores dos movimentos sociais de que “as categorias tradicionais de movimentos sociais e movimento de massas não conseguem explicar com precisão o papel histórico do MST”⁶.

Nas palavras de Calado (1999, p.138-139), as conquistas do MST, principalmente no campo da educação, ocorrem:

Graças à sua sábia estratégia de combinar ações institucionais e outras de caráter instituinte [...] A despeito de uma mídia bem ajustada ao coro do ‘pensamento único’, nada simpática a ações instituintes dessa natureza e com essa perspectiva, o fato é que não tem conseguido ‘enquadrar’ o MST.

Na sua teoria da organização, o MST tem se caracterizado como uma organização social dentro de um movimento de massa. Ao inserir a educação e a formação de militantes na luta pela terra, criou uma prática política diferenciada, desenvolvendo internamente uma estrutura com princípios organizativos e uma mística que se revela, principalmente, na

⁵ Antunes (idem: 188)

⁶ MARTINS, José de Sousa.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

ousadia de lutar e na ousadia de construir, resultado do aprendizado com as experiências históricas de outras organizações dos trabalhadores no Brasil e no mundo. Dessa forma, o movimento expressa, na sua singularidade, demandas culturais e subjetivas sem negar a centralidade da contradição capital x trabalho e da classe trabalhadora como principal sujeito da transformação..

Fortes dimensões de projeto, práxis, consciência de classe e organização são observadas no Movimento Sem Terra. Uma concepção classista, expressa desde o ponto de partida do pensamento político do MST até sua forma de organização, edificada sobre princípios e objetivos que visam, em última instância, por meio de um processo dialético, a construção de um “novo homem e uma nova mulher”, juntamente com a sociedade em que vivem. Com isto, produz uma práxis política que se fortalece na construção da “pedagogia sem terra”, ou no jeito do MST de educar os Sem Terra.

Pedagogia do Movimento

Para o MST (1996, p.5), a educação é um “Processo através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se e transformando essa sociedade. Por isso ela está sempre ligada a um determinado projeto político e com uma concepção de mundo”. O papel da educação na sociedade de classes é entendido na perspectiva gramsciana, segundo a qual a compreensão de hegemonia⁷ é necessária para a compreensão das práticas educativas no Capitalismo.

⁷ “[...] hegemonia [...] é, ao mesmo tempo, a ‘direção’ e a ‘dominação’ da sociedade, isto é, o controle das sociedades civil e política. Tal resultado só pode ser obtido se a classe operária alarga a ‘base social’ de

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

Compreende-se o MST, como um Movimento Pedagógico, cuja práxis educativa, é denominada *Pedagogia do Movimento*. Essa pedagogia (MST, p.1999) é “o jeito através do qual o Movimento, historicamente, vem formando o sujeito social de nome Sem Terra, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte”.

A “pedagogia sem terra” é aquela que busca nos objetivos, princípios, valores e no jeito de ser e de organizar o Movimento, os elementos de ensino/aprendizagem dos processos educativos. No entanto, conforme Caldart (2000, p.208), não representa a criação de uma nova pedagogia.

O movimento se constitui como matriz pedagógica das práticas concretas de formação dos sem-terra, não criando uma nova pedagogia, mas sim inventando um novo jeito de lidar com as pedagogias já construídas na história da formação humana.

As principais pedagogias formuladas nas experiências socialistas e populares dos trabalhadores do campo e da cidade e desvalorizadas pela racionalidade liberal são resgatadas e incorporadas, de forma combinada e em movimento. São elas: **A pedagogia da luta social**, que ensina a questionar a ordem estabelecida e a perceber que é possível pressionar as circunstâncias para que a realidade seja transformada; **pedagogia do trabalho** - a educação dos Sem Terra deve se dar, sobretudo, pelo e para o trabalho; **pedagogia da cultura** – a qual apresenta-se misturada às demais matrizes pedagógicas. A cultura, no MST, está vinculada à produção material da existência humana e a sua dimensão pedagógica; **pedagogia da História** – a educação ocorre cultivando a memória histórica da luta dos trabalhadores e a compreensão de ser sujeito da história; **a pedagogia da terra** - a terra é o símbolo maior da luta, da cultura e da mística dos Sem Terra. Com esta introduz-se na Escola o aprendizado da historicidade, do trabalho e do cultivo da terra; **pedagogia da**

direção, graças a um ‘sistema de alianças’ com outras classes subalternas – no caso, o campesinato, do qual terá obtido o ‘consentimento’” (Portelli, 1997, p.62-63). Nesse sentido, compreende-se hegemonia como a dominação de uma classe sobre a outra, sobre o consentimento desta última.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

organização coletiva – compreende a vivência coletiva como forma de construção da identidade vinculada à luta, à história e à cultura dos camponeses e da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que tem como horizonte a construção de uma nova realidade. “Ela brota da raiz que nasce de uma coletividade que descobre um passado comum e se sente artífice do mesmo futuro”.

As matrizes pedagógicas que compõem a pedagogia Sem Terra têm suas concepções educativas fundamentadas na teoria e nos ideais socialistas e coletivos, por isso inspira-se, sobretudo, no pensamento de Paulo Freire, Florestan Fernandes, Vigotsk, Che Guevara, José Martí, Pistrak, Mao Tse-Tung e Anton Makarenko, além dos clássicos como Marx, Engels e Gramsci.

O Trabalho como Princípio Educativo

A ação política do MST objetiva duas conquistas principais: “acabar com o latifúndio” e ajudar a “formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro”. O ponto de partida para tanto é a ocupação da terra. Por meio dela, os/as trabalhadores/as criam uma nova realidade social e econômica e resgatam sua identidade de camponês/a. Vinculando-se ao Movimento, recriam essa identidade que passa a ser definida pelo lugar que ocupam na produção, mas, sobretudo, pelo projeto de sociedade que defendem e pela forma como agem para realizá-lo. Os/as trabalhadores/as que participam da luta pela terra através do MST, no dizer de Caldart (2000, p.25),

jamais serão os mesmos camponeses de antes. Por isto continuaram sendo chamados de Sem Terra, e participam do MST; porque esta é a nova identidade que, enraizada nas suas

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

próprias tradições culturais de trabalhador da terra, recriou sua identidade porque a vinculou com uma luta social, com uma classe e com um projeto de futuro.

A conquista da terra é o primeiro passo na construção de uma nova realidade social e econômica e na formação de novos seres humanos. Porém, pensar as relações de trabalho, seja no campo ou na cidade, exige pensá-las no contexto do sistema capitalista e, portanto, sob a forma da propriedade privada, cumprindo um papel contrário à sua função ontológica de realização do ser. A inserção no mundo do trabalho, à medida que restitui a dignidade negada pela ausência dos meios de reprodução social, também cria novos desafios para o processo de humanização das pessoas. Sobre essa questão, Antunes (2000, p.125-126) ressalta que

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se *estranhado*. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado.

No caso dos/as trabalhadores/as rurais sem terra, isto se expressa de forma contundente. A medida em que a posse da terra possibilita as condições de acesso ao trabalho, sendo portanto elemento determinante para humanização das pessoas é, ao mesmo tempo, um aspecto contraditório devido a sua apropriação privada e a reprodução de relações tipicamente capitalistas.

A conquista da terra não implica, automaticamente, na libertação de sua dominação por parte do capital. Por isso, o grande desafio, para o MST, após a conquista da terra é “romper com a propriedade privada do lote da terra” e desenvolver formas de organização e

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

convivência social permeadas por princípios e valores de uma práxis “para além do capital⁸”.

Estando o trabalho vinculado à propriedade privada mantêm-se a alienação do trabalhador e a subordinação da produção à lógica do mercado, além da permanência de grande parte das relações de poder. Segundo Marx (2001, p.142):

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando por nós é diretamente possuído, comido, bebido, transportado no corpo, habitado, etc... Portanto, todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos os sentidos, pelo sentido do ter.

A reforma agrária somente ganha sentido transformador a medida em que desenvolve um processo educativo e continuado que demanda tempos e espaços específicos de aprendizagem, envolvendo a participação na luta mais ampla da classe trabalhadora. A escolarização por meios de cursos direcionados à formação cultural, profissional, técnica e política dos/as camponeses/as é também um elemento primordial nesse processo.

É nesse sentido que a educação e a formação de uma consciência político-organizativa adquire relevância na construção da identidade e do projeto de sociedade dos/as Sem Terra. O objetivo é a construção de sujeitos do seu destino, com condições de produzir sua sobrevivência material e capazes de refletir sobre os problemas e as contradições que a realidade impõe cotidianamente. Por isso, acredita-se que o processo de

⁸ MEZÁROS, István. (2005)

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

formação ocorre, sobretudo, com o envolvimento das pessoas no trabalho político e organizativo do próprio Movimento.

A formação da consciência estando organicamente vinculada ao trabalho exige, ainda, a combinação entre esforço físico e mental na realização do trabalho cooperado e de outras formas de convivência social imprescindíveis ao desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos e à gênese de novas relações entre os/as camponeses/as. Segundo Costa (2003, p.24), para o pensador húngaro Lukács,

A consciência compreendida em termos ontológicos, constitui um momento real do desenvolvimento social, que desempenha decisivo papel na práxis humana. Até mesmo o trabalho em seus momentos mais simples e primordiais, não poderia se realizar sem a função da consciência, esta é decisiva na elaboração da análise e da síntese no processo de conhecimento dos objetos, momento imprescindível ao trabalho.

O trabalho, como princípio educativo e o rompimento com a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual são, igualmente, elementos da formação que o MST desenvolve. Outro de semelhante importância no processo formativo é o “pleno desenvolvimento da omnilateralidade do ser”, ou seja, um processo de reintegração das diversas esferas do ser humano.

Omnilateralidade é um conceito desenvolvido por Marx, segundo o qual o ser humano, sendo composto por várias dimensões que formam a totalidade da sua humanidade, deve desenvolver todas essas dimensões de modo igual e coerente. Para tornar-se completo, o ser humano precisa estar em movimento, desenvolvendo sua capacidade criativa por meio do trabalho, da educação, da arte, do lazer, da política, enfim, de todos os aspectos objetivos e subjetivos que compõem o universo humano.

Pedagogia do Trabalho Coletivo

Dentre as matrizes pedagógicas que fundamentam a educação dos Sem Terra, é a organização coletiva, o princípio de todo trabalho político do MST, presente desde a proposta de organização dos assentamentos, até os processos educativos específicos dos cursos de formação política. A organização coletiva que comporta a pedagogia da cooperação, para o MST (op.cit.), “é o desafio permanente de quebrar, pelas novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir as tarefas e pensar no bem-estar do conjunto das famílias e do coletivo, e não de cada uma por si, a cultura individualista em que estamos mergulhados”.

Essa pedagogia é influenciada pelo método pedagógico de Anton Makarenko, desenvolvido com base em sua experiência na Colônia Gorki⁹. Conforme Luedemann (2002, p. 28), o método do pedagogo russo consiste num projeto de construção da escola como coletividade, que significa “planejar, racionalmente, os passos para o funcionamento da autogestão, mas também participar, junto ao coletivo, da análise minuciosa de cada uma das necessidades concretas de cada fase do desenvolvimento da coletividade”. Nas palavras de Makarenko (op.cit. p.274)

Perante nós surge a coletividade como objeto da nossa educação. A partir disso, a tarefa de planejar a personalidade adquire novas condições para sua solução. Devemos entregar como produto, não uma personalidade que possua estes e aqueles traços, mas um membro da coletividade, a coletividade com determinadas características.

⁹ Colônia de reeducação de jovens infratores, dirigida por Makarenko de 1920 a 1928, onde realizou a primeira experiência pedagógica fundada na coletividade.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

Caldart (2000, p.217) assinala que essa pedagogia é responsável pela criação da imagem do MST, predominante na opinião pública. É por ela que o MST consegue obter unidade na ação e no discurso. Apesar de existirem nesse discurso conflitos e diferenças, “geralmente não têm a força de romper com a unidade na ação, que, aliás, é considerada o grande patrimônio do MST”.

Mas é também a coletividade o alvo principal das campanhas ‘difamatórias’ dos veículos de comunicação de massa, especialmente a Revista *Veja*¹⁰, bem como, das críticas de pesquisadores/as que, embora não neguem a importância do MST, buscam “enquadralo” na perspectiva de análise dos “Novos Movimentos Sociais”, ou seja em “uma forma de abordagem cujas principais teses é “a afirmação de que eles são novos porque não têm uma clara base classista, e a identidade a ser construída é uma identidade de grupos e não uma identidade criada por estruturas sociais”¹¹. Nessa perspectiva, a pedagogia da organização coletiva é interpretada como um ponto de contradição em relação ao princípio geral da educação enquanto formação humana, por ser considerada uma forma de doutrinação e de autoritarismo, a medida em que valoriza os interesses do coletivo em detrimento dos individuais. Com base em Souza (1994), Neto (1999, p.89) assevera que:

Esse processo de formação não contribui para a formação integral apregoada pelo MST, uma vez que, na prática, alguns líderes se tornam repetidores de coisas, subordinados à ‘disciplina revolucionária’ do MST, ao mesmo tempo que têm reprimidos seus desejos e pensamentos quando estão atuando em nome do coletivo do MST.

Em Gohn (2000, p.135), de outro modo, essa mesma idéia é reiterada:

¹⁰ Revista semanal de informação e opinião de maior circulação nacional.

¹¹ Gohn. 1997

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

[...] o descompasso existente entre a enorme criatividade que o movimento sempre teve e a normatização rígida de seus pressupostos político-ideológicos iniciais está exigindo que o movimento encontre e/ou construa novos formatos e orientações teóricas no campo da cultura (...) trata-se de desenvolver uma cultura política que ultrapasse os princípios de uma cultura meramente organizacional-ideológica, para uma cultura que gere modos e formas de ser na ação coletiva, que considere os indivíduos-participantes não meramente como sujeitos históricos predeterminados para uma missão mas que os considere, também como sujeitos/atores de trajetórias históricas individuais, com desejos, sonhos e fantasias, inclusive no ‘mundo do consumo’, da moda, da música etc.

O que observamos nesse tipo de análise é uma incoerência entre os pressupostos da forma de abordagem e as concepções e características inerentes ao objeto estudado. Nele se parte da negação da centralidade de categorias como “trabalho” e “classe social”, bem como daquela perspectiva ‘pós-moderna’ que analisa a fragmentação e o rompimento com uma identidade de classe, características de parte movimentos sociais da atualidade, como um processo ‘natural’ e não como resultado das “respostas do capital à crise”, assinaladas por Antunes, conforme ressaltadas inicialmente.

A pedagogia centrada no coletivo, proposta por Makarenko (2002, p.119), representou a “realização concreta da escola em uma sociedade marcada pelo fim da propriedade privada e pela garantia da igualdade de direitos”. A coletividade, como objeto da educação, só pode ser compreendida tendo em vista a construção de uma sociedade fundamenta em princípios socialistas. Para Makarenko (1938, p.12),

A educação na sociedade burguesa reduz-se a individualizar a personalidade, a que cada pessoa se adapte à luta pela existência. E é absolutamente natural que se inculquem a esse

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

indivíduo a qualidade necessária para sustentar essa luta: picardia e diplomacia para enfrentar a vida, lutar isoladamente, ser um lutador independente pela sua própria existência. (...) Para mim, os fins comuns não são apenas os principais, os predominantes, mas também os relacionados com os meus fins pessoais.

Pistrak, também, defendeu a auto-organização das crianças e dos jovens através de “coletivos da criação”, como forma de organizar a escola segundo os princípios do regime socialista da Rússia pós-revolução. Para Pistrak (2000), o caminho da educação socialista era a criação de meios que levassem as crianças a assumirem o próprio processo de formação bem como transformar os interesses individuais dos alunos em interesses sociais.

A intencionalidade pedagógica de cada momento formativo está no entendimento de que o centro do processo pedagógico não está no conteúdo propriamente dito, no sentido curricular, mas o próprio movimento da sociedade faz parte do currículo, da vida das pessoas, portanto deve ser percebido pedagogicamente, isto é, os conteúdos, a prática, a organização, todas as dimensões do coletivo são pensadas e praticadas com o objetivo de formar seres humanos, com identidade e projeto de futuro.

Na pedagogia do MST, a formação do coletivo é o objeto central da sua educação. A dimensão do trabalho se expressa na organização do processo educativo, á medida em que este é objeto e objetivo do aprendizado. Em fim, de acordo com Meszáros (2005:68), “apenas dentro da perspectiva de ir *para além do capital*, o desafio de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissolubilidade, surgirá na agenda histórica”.

Assim, os limites e possibilidades de um processo de formação para uma consciência socialista, no marco das relações de produção capitalistas, somente se afirmam enquanto identidade e projeto de sociedade. Sob a perspectiva da luta camponesa no Brasil e do potencial transformador da reforma agrária, a constituição de uma consciência anti-capitalista se materializa a medida em que os sujeitos desse movimento se inserem num perspectiva de sociedade para além das necessidades imediatas de sobrevivência no campo e da própria reforma agrária.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

As limitações efetivas para consolidação de uma educação que supere a lógica do capital encontram seu terreno no campo do concreto. Ou seja, prescinde de mudanças reais na base material das relações de produção tanto no campo, quanto na cidade. Só é possível pensar um processo de emancipação humana, percorrendo o caminho da práxis revolucionária.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

_____. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 2000

BOGO, Ademar. Arquitetos de Sonhos. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

_____. (1999). Lições da Luta Pela Terra. Salvador, Memórias das Letras, 1999

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Educação popular nos movimentos sociais do campo: potencializando a relação micro-macro no cotidiano como espaço de exercício da cidadania In: NETO José Francisco de Melo e SCOCUGLIA, Afonso Celso. Educação Popular: outros caminhos, João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

CALDART, Roseli Salete. Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. (2000) Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis, RJ: Vozes.

CAPRILES, René. Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista. São Paulo, Scipione Ltda, 1989.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

COSTA, Gilmaísa Macedo. As funções da consciência na reprodução social. Recife, UFPE (mimeo.), 2003.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA
11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

GOHN, Maria da Glória. Mídia, Terceiro Setor e MST: Impacto sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAKARENKO, Anton S. Poema pedagógico. Vol.1. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MARTINS. José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MST.O que queremos com as escolas dos assentamentos. Caderno de formação n°18: 2ª ed., 1991

_____. Princípios da Educação no MST. Caderno de Educação n° 8; São Paulo, 3ª ed. 1999.

_____. Pedagogia do movimento sem terra acompanhamento às escolas. Boletim da educação, n. 08, 2001

_____. Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental. Caderno de Educação n° 9; Veranópolis-RS, 2001

_____. Construindo o Caminho. São Paulo, 2001.

_____. O Movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. São Paulo, MST. Caderno de formação n. 31, 1999.

MARX, K. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Martin Claret(A Obra-Prima de Cada Autor), 2001.

MÉSZÁROS, István . A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2001.

NETO, Luiz Bezerra. Sem-Terra Aprende e Ensina. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

PISTRAK. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RIBEIRO, Sâmbara Paula. Os (Des) Caminhos da parceria entre o poder público estatal e as ONGs. Recife, Dissertação de mestrado, UFPE, 2000.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente, São Paulo: Perseu Abramo, 1999.